ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2 DE JUNHO DE 2021.

Ata da 16ª audiência pública da primeira sessão legislativa da décima quinta legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco – estado do Acre: Debate e avaliação da política de preços abusiva praticada pela empresa de energia elétrica ENERGISA no estado do Acre.

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, sob a presidência da **vereadora Lene Petecão**, secretariada pelo **vereador Ismael Machado**, foi declarada aberta a audiência pública, em atenção ao **requerimento nº86/2021**, de autoria da vereadora Lene Petecão; estiveram presentes os Vereadores: **Adailton Cruz, Arnaldo Barros, Francisco Piaba, Joaquim Fiorêncio e N. Lima;** também prestigiaram o evento os (as) senhores (as): **José Adriano Mendes Silva – Diretor Presidente da ENERGISA, Alanna Carolina Maia Albuquerque – Diretora Pres. PROCON, Francisca Elissandra – Chefe Divisão de Atendimento – PROCON, Ivan de Carvalho – pres. Do Conselho do Consumidor, Marcos Aurélio – Pres. União Municipal das Associações de Moradores de Rio Branco – UMARB e Alessandra Garcia Marques – Promotora Ministério Público do Acre. Justificada a ausência do Dep. Estadual Pedro Luís Longo.** A **presidente** da audiência cumprimentou os presentes, explicou o rito da audiência e contextualizou os motivos desencadeantes para realização da presente agenda, visando prestação de esclarecimentos sobre a política de preços abusiva por parte da empresa fornecedora de energia elétrica, ENERGISA. A seguir, os convidados teceram suas considerações iniciais, agradeceram pela oportunidade e introduziram o assunto a ser debatido em audiência. **Ivan de Carvalho** transmitiu a insatisfação dos consumidores, seguido pelo senhor **Marcos Aurélio**, que solicitou união de esforços e parcerias do poder público com a empresa visando ajuda aos menos favorecidos, no quesito tarifa de energia elétrica. Na sequência, os vereadores se posicionaram: **Vereadora Lene Petecão** comparou os preços das tarifas cobradas em Rio Branco e Porto Velho e questionou o maior valor cobrado na capital acreana. Por fim, sugeriu como encaminhamento, assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, entre o poder público e empresa Energisa, com olhar social, visando à isenção da tarifa de energia elétrica às famílias carentes, em tempos de pandemia. **Vereador Adailton Cruz** também questionou a política de preços adotada pela empresa e cobrou intermediação da bancada federal do Acre no Congresso. Por fim, indagou sobre a política administrativa da ENERGISA no que tange à própria fiscalização dos serviços ofertados pela mesma. **Vereador Ismael Machado** questionou sobre os critérios de preços do KW/H e destacou negativamente o modelo de atendimento ao público praticado pela empresa de energia. Na oportunidade, indagou sobre a existência de planejamento visando modernização e otimização do quesito relacionamento com o

cliente. **Vereador Arnaldo Barros** parabenizou a proponente pela realização da audiência e alertou para a crise econômica e social vivenciada no país. Ao final, o parlamentar sugeriu adoção de medidas visando à redução do valor da tarifa de energia no estado. **Vereador Francisco Piaba** transmitiu os anseios dos produtores rurais, também afetados pelas altas tarifas cobradas. **José Adriano** respondeu aos questionamentos feitos: quanto à política tarifária, o gestor afirmou que a empresa segue todo o Regramento Federal imposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e esclareceu ainda, que a empresa retém o percentual de 36% dos valores. Quanto à política de atendimento, o orador desculpou-se por eventuais transtornos e destacou a expansão dos canais digitais à disposição do cliente. Já na questão do olhar ao homem do campo, o diretor relatou os investimentos nas áreas rurais, e, de antemão, comunicou a construção de substação elétrica no Município de Acrelândia. Com relação às cobranças, consideradas abusivas, o convidado se comprometeu a analisar cada uma das, por ventura encaminhadas, e dar uma resposta plausível. **Dra. Alessandra** teceu suas considerações finais, e, em resumo, condicionou o aumento da tarifa de energia e toda a política de preços à Legislação Federal vigente, e colocou o MP à disposição, no intuito de garantir os direitos do contribuinte. **Ivan de Carvalho** sugeriu, como encaminhamento, criação de proposição, por iniciativa do Legislativo, visando à flexibilização da taxa de iluminação pública em cenários de pandemia. A seguir, a audiência caminhou para o encerramento. Na sequência, o proponente da audiência, os parlamentares, autoridades e demais convidados presentes teceram suas considerações finais. Agradecimentos e notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, a audiência foi **encerrada**, às 11h40 e, para constar, foi lavrada a presente ata, que após ser lida e aprovada, foi assinada pela presidente e pelo secretário:

LENE PETECÃO
Presidente

ISMAEL MACHADO
Secretário